

Com redução em 10 anos, região se aproxima de zerar taxa de sub-registro de nascimento

Média passou de 0,42% em 2015 para 0,1% em 2024; duas cidades não contabilizaram casos

TATIANE PAMBOLUJIAN
tatianepambolujan@iglob.com.br

A região se aproxima de zerar o sub-registro de nascidos vivos. Com queda de 0,32 p.p. (pontos percentuais) em dez anos, o Grande ABC passou de 0,42% em 2015 para 0,1% em 2024. Segundo dados de Sub-Registro de Nascimentos e Óbitos, divulgados nesta semana pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as sete contabilizaram apenas 24 crianças, de um total de 24.898 nascimentos, sem identidade legal – em 2015 eram 155 bebês sem registro de 36.817 nascimentos.

Apesar de a criança precisa ser registrada em cartório no ano de seu nascimento ou até março do ano seguinte. O sub-registro implica diretamente o acesso dos bebês, e também da família, a serviços básicos essenciais. Além da redução, o índice da região também está abaixo das médias nacional

(0,95%) e estadual (0,15%). São Caetano e Ribeirão Pires já atingiram a meta, com taxa zerada e nenhum nascimento sem registro. Muitas maternidades da região possuem parceria com cartórios para a emissão da certidão de nascimento de forma gratuita antes da alta hospitalar. Entretanto, algumas unidades não disponibilizam o serviço, o que exige o deslocamento dos responsáveis pela criança a um tabelionato, o que pode dificultar a formalização entre pessoas em situação de vulnerabilidade.

Na comparação com 2015, alguns destaques entre as sete cidades são Santo André, que registrava a maior taxa naquele ano (0,65%) e caiu 0,61 p.p. Na sequência aparecem São Bernardo, com 0,41% e redução de 0,33 p.p., e Rio Grande da Serra, que tinha 0,71% e apresentou diminuição de 0,49 p.p.

A região teve ainda uma taxa de 0,01% de sub-notificações, que representa quatro nascimentos não notificados via sistema de saúde por meio DNV (Declaração de Nascimento Vivo), documento emitido pelo hospital para registrar o feto biológico. A queda em comparação com 2015, quando

Percentual de bebês sem registro

	Nascidos vivos		Sub registro (%)		Sub notificação (%)	
	2015	2024	2015	2024	2015	2024
Santo André	9.226	6.969	0,65	0,04	0,01	0
São Bernardo	11.535	7.557	0,41	0,08	0,31	0
São Caetano	1.846	1.374	0,11	0	0,06	0
Diadema	3.194	2.767	0,84	0,84	0,1	0,03
Mauá	6.088	4.108	0,3	0,12	0,1	0,1
Ribeirão Pires	1.423	877	0,35	0	0,28	0
Rio Grande da Serra	705	446	0,71	0,22	0,29	0,22
GRANDE ABC	36.817	24.898	0,42	0,1	0,25	0,01

Fonte: IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agência Fapesp/Unicamp

houve 95 bebês que nasceram e não foram notificados para o Ministério da Saúde, é de 0,24 p.p.

Esses resultados representam continuidade na tendência de melhoria observada ao longo da série histórica. A Meta 16,9, dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU (Organização das Nações Unidas), estabelece o objetivo de fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.

O analista da Copis (Coordenação de População e Indicadores Sociais), do IBGE, Jailson Assis, ressalta a importância da formalização para a cidadania. "No caso dos nascidos vivos, o registro ci-

vil garante os direitos da criança à proteção, o acesso à escola, à saúde e a programas sociais", comenta.

O advogado Antônio Carlos Morad, do escritório Morad Advocacia Empresarial, explica que não há penalidade administrativa quando o registro é feito fora do prazo. "Entretanto, poderá o juiz da Vara da Infância e Juventude do município aplicar multa de três a 20 salários mínimos em caso de expressiva demora, o que poderia afetar a criança em sua educação e atendimento médico", esclarece.

METODOLOGIA
O levantamento cruza informações coletadas pelo IBGE, por meio da pesquisa Estatísticas do Registro Civil, a partir

de dados dos cartórios, com informações do Ministério da Saúde, obtidas nas bases do Sinasc (Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos) e do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade).

"Para quantificar adotou-se a Metodologia de Captura-Recaptação, técnica estatística amplamente utilizada em estudos epidemiológicos e demográficos. Essa abordagem se fundamenta na comparação e no pareamento de registros provenientes de duas fontes independentes, que estimar o número de eventos vitais não capturados por nenhum dos sistemas", explicou o IBGE.

Mortes não comunicadas crescem no Grande ABC

Além dos sub-registros e sub-notificações de nascimento, o levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) também avaliou os óbitos sem registros. Na região, as mortes não registradas cresceram 0,05 p.p. (pontos percentuais) em dez anos. Em 2015, foram 11 de um

total de 15.995 vítimas (média de 0,07%) para 21 de 17.179 (0,12%) nascidos vivos em 2024.

Na análise regional, a alta no período foi liderada por Diadema, que cresceu de 0,14% para 0,24%, alta de 10 p.p., seguida por Mauá, que subiu 13p.p., de 0,05% para 0,18%.

No Estado também houve aumento, de 0,58% para 0,65%. No País, a taxa caíram de 4,89% para 3,4%. A vulnerabilidade social de algumas regiões é um dos motivos que levam à falta de registro.

Óbitos de bebês que ocorrem nas primeiras 24 horas de vida, especialmente em partos domiciliares ou sem assistência médica, frequentemente não são comunicados aos cartórios e aos sistemas de saúde. TP

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 1